

Aritmética Política e governo no reinado de D. José I (Portugal, 1750-1777)*

Antonio Cesar de Almeida Santos (DEHIS/UFPR)

Ao abordarmos o reinado de D. José I (Portugal, 1750-1777), é impossível escapar da incontornável figura do marquês de Pombal: Sebastião José de Carvalho de Melo (1699-1782) ocupou, primeiro, a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756) e, depois, a secretaria de Estado dos Negócios do Reino (1756-1777); recebeu o título de conde de Oeiras, em 1759, e, onze anos depois, o soberano, considerando “o mesmo constante zelo e préstimo” dos seus serviços, concedeu-lhe o título pelo qual ficou conhecido. A propósito, D. José fez registrar que, com a titulação, pretendia oferecer os meios para que Carvalho e Melo pudesse “delles fazer uma memoria mais distinta, pela boa vontade que lhe tem” (cf. SERRÃO, p. 157).

Ainda sobre esta preponderância da figura do marquês de Pombal, Nuno Monteiro, em recente estudo, indica que, apesar daquele reinado ter sido “dos poucos que escapou ao geral esquecimento a que foram votados a maior parte dos factos e personagens mais remotos da história de Portugal”, ele não ficou conhecido pelo nome do rei, cognominado o Reformador; ao contrário, “o que dele se conhece é, quase sempre, pela interposta pessoa do seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, perpetuado e conhecido na posteridade pelo título de marquês de Pombal” (MONTEIRO, p. 7).

A memória “distinta”, que D. José queria que fosse conservada sobre seu secretário, começou a ser manifestada logo após a morte do rei, muitas vezes em sentido diverso daquele que pretendeu o monarca e o próprio Marquês. Tido por muitos como o verdadeiro articulador das diversas reformas e “providências”, Carvalho e Melo também era visto como o responsável pelas ações violentas daquele reinado, e granjeara inimigos acerbos; dentre estes, o escritor Camilo Castelo Branco (1825-1890) escreveu um texto por ocasião do centenário do falecimento do secretário de Estado de D. José, com o declarado objetivo de polemizar com seus partidários, dedicando um capítulo ao que chamou de “oráculos” do marquês de Pombal, no qual apontava para a importância e

contribuição de D. Luís da Cunha, de Alexandre de Gusmão, do cavaleiro de Oliveira, de Luís Antonio Verney e de Antonio Nunes Ribeiro Sanches para as reformas políticas, educacionais e econômicas propostas e/ou executadas naquele reinado. Em sua diatribe, Camilo Castelo Branco ainda exclamava que não era possível identificar quais teriam sido “as concepções individuais e genialmente espontâneas do Marquês de Pombal”, afirmando que “tudo lhe concorreu de elaboração alheia” (BRANCO, p. 67-77).

A crítica de Camilo Castelo Branco ilustra um julgamento que, durante muito tempo, prosperou na historiografia portuguesa: o marquês de Pombal, além de um déspota, era pessoa de limitada capacidade intelectual. Em um registro aparentemente contraditório, o Visconde de Carnaxide, há mais de 70 anos, seguia a mesma opinião. Para ele, o secretário de Estado de D. José “não era um filósofo” mas, sim, “um homem prático”, acrescentando que o marquês de Pombal, “em matéria ideológica, não possuía uma orientação segura”, e que se aproveitava “de correntes vindas da França, da Inglaterra e de Portugal antigo”. Entretanto, para Carnaxide, o mesmo Marquês, “quanto à parte executiva da administração, nunca utilizou nem planos nem práticas que não fossem os que ele próprio concebia” (CARNAXIDE, p. 4).

Esta visão sobre a capacidade intelectual de Carvalho e Melo (e seu exclusivo pendor para a ação) foi profundamente alterada nos anos 1980, época em que José Sebastião da Silva Dias publicou seus estudos sobre a “teoria política” e o “projecto político pombalino”, ressaltando que

A generalidade dos historiadores, de Luiz Soriano [1867] a Fortunato de Almeida [1926], de Lúcio de Azevedo [1909] ao Prof. Borges de Macedo [1951], com a excepção de Francisco Luís Gomes [1869], ou negam a existência de um projecto político na mente de Sebastião José antes de subir ao poder, ou ignoram pura e simplesmente a questão. O objecto do presente artigo consiste, exactamente, em mostrar que havia de fato um projecto político operacional (DIAS, 1984, p. 2).

Percorrendo a correspondência produzida por Carvalho de Melo durante o tempo em que esteve em serviço em Londres (1739-1744) e Viena (1745-1749), Silva Dias apontou para os diversos temas abordados pelo futuro secretário de Estado (comércio, diplomacia e política externa, política ultramarina, relações com a Inglaterra etc.), chamando a atenção para as referências a autores mercantilistas,

teóricos da diplomacia e do direito natural que ele utilizava em seus argumentos. Para Silva Dias, essa correspondência revelava

[...] no autor um sentido realista, um poder de observação do estrangeiro e de aferimento da possibilidade da sua integração no histórico lusiada, uma referência constante das novas leituras e das novas informações à imaginação positiva e prática do que fazer, a nível de estado, em Portugal (idem, p. 21).

Silva Dias entendia que, durante a permanência em Londres e na Áustria, “Carvalho e Melo teve sempre os olhos fixos em Portugal e na sua carreira de político” (idem, p. 189). Ao lado de assimilar “ainda em Londres as diretrizes do novo direito natural” e de reafirmar sua filiação ao absolutismo (não obstante o contato com a “monarquia temperada inglesa”), o futuro secretário de Estado, dentre outros assuntos, tomou consciência de que a atividade comercial deveria ter “foro de questão política ou de estado” (idem, p. 210-232). Assim, no entender de Silva Dias, as bases do “projecto político pombalino” estruturaram-se durante este tempo, no qual também as doutrinas do regalismo e do anticurialismo “solidificaram no seu espírito como princípios orientadores de uma política civil e ilustrada” (idem, p. 209). Aliás, no que se refere à defesa do regalismo assentado no “direito divino dos reis”, Silva Dias aponta que, para além dos diversos autores além Pirineus, foram importantes as contribuições do oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo (1725-1797) e do canonista Antonio Ribeiro dos Santos (1745-1818) (ver DIAS, 1982).

Não obstante o amplo esforço de Silva Dias em deslindar a “teoria política” do “pombalismo”, a prática de governo do reinado de D. José ainda carece de maiores estudos, especialmente se considerarmos, como apontou Nuno Monteiro, que aquele reinado esteve caracterizado por

duas notórias “novidades”: o facto de se multiplicarem as “providências” e de estas partirem de um “ministério”, isto é, de um governo. Mas há ainda outra novidade essencial: legisla-se para modificar o que existe. O bom governo já não se rege apenas pelo objectivo de “fazer justiça”, de pôr as coisas no seu lugar. Procura-se agora mudar as coisas, em conformidade com o que se fazia nas “cortes da Europa” (MONTEIRO, p. 168 – nosso destaque).

A presença destas “novidades” – a existência de “um governo” e a disposição em “modificar o que existe” – mostra a importância de voltarmos a nossa atenção para a “prática política pombalina”, especialmente no que se refere a buscarmos identificar os “princípios orientadores” das ações conduzidas pelo marquês de Pombal. Deste modo, mais do que identificar os autores com os quais Carvalho e

Melo tomou contato e que o auxiliaram a formar um “projecto político”, nosso interesse é o de entender o uso que ele fez das ideias veiculadas por tais autores, para além além dos “oráculos” mencionados por Camilo Castelo Branco.

As “infatigáveis providências” do reinado de D. José I

Antes de abordarmos a “prática política pombalina”, entendendo-a como a “direção geral que mantém a ordem da sociedade política”, é necessário lembrar que a segunda metade do século XVIII português esteve marcada pelo protagonismo das secretarias de Estado, criadas no reinado anterior, a do Reino, a da Marinha e Domínios Ultramarinos e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que superaram a importância decisória dos antigos conselhos. Notadamente, os secretários de estado haviam exercido, em sua maioria, o serviço diplomático, com amplo conhecimento da chamada grande política (relações entre os estados europeus). Estes secretários também passaram a integrar o Conselho de Estado, que foi reativado no reinado de D. José, ao lado de fidalgos e de representantes do alto clero português. Como ficou apontado acima, “é das secretarias de Estado que irá surgir o governo moderno, desde a última fase do reinado de D. João V mas sobretudo durante o reinado de D. José” (ver CARDIM *et al.*, p. 329-337).

Outro aspecto a ser destacado relaciona-se à avaliação que, durante muito tempo, se fez acerca das medidas implantadas no reinado de D. José, especialmente na área econômica, considerando-as como meras respostas a situações conjunturais, carentes de um plano governativo que as organizasse. À medida que esta crítica é dirigida à atuação do marquês de Pombal, devemos lembrar que, assim que ele iniciou o exercício de suas funções à frente da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 1750, deparou-se com a necessidade de organizar os trabalhos de demarcação do Tratado de Madri e, logo, viu-se enredado pela eclosão da “Guerra Guaranítica” (1753-1756). Deixando de lado as intrigas palacianas que ele também precisou enfrentar, a cidade de Lisboa, em 1755, foi devastada pelo “Grande Terremoto” e, no ano seguinte, teve início a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na qual, em 1762, verificou-se a “guerra fantástica” entre Espanha e Portugal, e a reorganização do exército português. Entrementes, foi descoberta uma intriga contra Carvalho e Melo, recém empossado na secretaria de

Estado do Reino e, em 1757, ocorreu o motim popular da cidade do Porto; no ano seguinte, o rei D. José foi ferido em um atentado, e fidalgos das casas de Aveiro e Távora foram acusados, presos e executados; os jesuítas também foram implicados no atentado e acabaram expulsos dos domínios portugueses. Entre 1760 e 1770, as relações entre Portugal e a Santa Sé estiveram rompidas. Junte-se a isto tudo as constantes escaramuças entre espanhóis e portugueses na América (especialmente em Mato Grosso, Colônia de Sacramento e Santa Catarina). É certo que o reinado anterior também enfrentara seus percalços, mas nada igual ao que aconteceu no terceiro quarto do Setecentos. A propósito, e relevando o evidente exagero do autor, é certo que,

De resto, a historia não apresenta nenhum soberano que tenha experimentado vicissitudes tão longas, tão freqüentes, e tão complicadas como as que o Senhor Dom Jozé I. experimentou : são de um caracter singular : é a maior lição que a Providencia tem dado aos reis nos tempos modernos (AZEVEDO, 1841, p. 159).

A sumária lista de eventos acima mostra que, de fato, as diversas “vicissitudes” exigiram muitas e prontas providências do governo, além de drenarem muita energia e recursos. Assim, parece-nos que afirmar, como um atributo negativo, que Pombal “era um homem prático” e que agia sem nenhuma orientação ideológica segura – como registrou Carnaxide –, é desconsiderar a força de tais acontecimentos na vida política portuguesa daquele século. Do mesmo modo, acusá-lo de “assimilador” de elaborações alheias – como fez Camilo Castelo Branco – ou de seguir “correntes vindas da França, da Inglaterra e de Portugal antigo”, para apontar suas (presumidas) limitações intelectuais seria esperar que a atividade governativa de Carvalho e Melo, ou de qualquer outro governante, decorresse exclusivamente de suas “concepções individuais e genialmente espontâneas”.

Ao contrário, e deve-se ver esta situação como algo positivo, Carvalho e Melo, desde o tempo em que serviu junto à corte londrina, mostrou-se um conhecedor da doutrina do novo direito natural, fazendo uso explícito de autores como Grotius e Pufendorf para se contrapor ao que considerava violações de tratados e práticas comerciais abusivas dos ingleses em relação a Portugal (ver DIAS, 1984). Alguns outros documentos produzidos por ele em diferentes momentos de sua vida apontam igualmente para o seu contato com a produção de autores mercantilistas ingleses (nomeadamente, William Petty e Charles Davenant),

os quais consideramos responsáveis pelas ideias básicas daquilo que o marquês de Pombal chamou de “mecanismo político ... sobre os interesses do Estado (no que pertence ao comércio e à agricultura), cujos princípios se reduzem a termos práticos e mecânicos” (MELO, ms., s/d).

Buscando identificar o contato de Carvalho e Melo com as obras de autores como Grotius, Pufendorf, Barbeyrac, Petty, Davenant, Domat, Delamare, Savary, entre outros, e as relações das ideias deles com a prática política pombalina, as observações de Quentin Skinner acerca do conceito de influência mostram-se bastante pertinentes, na medida “que se torna muito fácil utilizar o conceito de forma aparentemente explicativa sem antes se saber se as condições encontradas justificam a aplicação desse conceito” (SKINNER, p. 106). Quer dizer, mais do que tomar referências a um determinado autor ou obra como um indício seguro de uma alegada influência, entendemos que é necessário, além de determinarmos aquilo que foi lido, como as leituras foram compreendidas e utilizadas pelo leitor.

Com a perspectiva, então, de identificar as influências presentes na ação governativa do marquês de Pombal, é possível determinar que seu principal objetivo – aquele que nortearia toda a sua prática – era o de encontrar uma solução adequada para a seguinte questão: como um pequeno país (Portugal), com poucos habitantes, poderia recuperar a sua antiga glória, igualando-se aos seus poderosos vizinhos (Inglaterra, França, Espanha, Holanda)? Afirmamos que a administração pombalina orientou-se a partir desta proposição, formulada em algum momento (que não pudemos precisar), devido à reiterada preocupação em fazer Portugal igualar-se às demais “nações polidas da Europa”, expressa em inúmeros documentos oficiais. Ademais, o próprio marquês de Pombal, ao formular suas “observações” sobre os sucessos alcançados pelas “paternais, magnânicas e infatigáveis providências” conduzidas por D. José, registrou:

As nações que com arrogância, vanglória e superioridade olhavam antes para a portuguesa como bisonha, rude, inerte e destituída de todos os elementos e princípios das artes fabris e liberais, e dos verdadeiros conhecimentos das ciências maiores, acabaram agora de ter o último desengano, de que a respeito das primeiras nos achamos com elas igualados, e a respeito das segundas excedemos à maior parte delas [...]. O desprezo que as mesmas nações faziam do nosso comércio interior e externo, também acabou agora, não só de cessar, mas de se converter em outro incentivo da sua emulação [...]. De tudo o referido vimos tirar por claras consequências, que a estimação nacional está inteiramente restabelecida (MELO, s/d, p. 249-251).

As “Observações secretíssimas do marquês de Pombal” foram produzidas quase ao final do reinado de D. José, em 1775. Nelas, Carvalho e Melo anuncia as principais “providências” que haviam sido levadas a cabo durante o seu governo, atribuindo, obviamente, toda a responsabilidade pelo “estado da civilidade política” e de “opulência” do estado e dos vassallos portugueses ao seu soberano. Reconhecia, porém, que sua intenção fora a de

[...] deixá-las escritas aos meus sucessores para recomendação do exactíssimo cuidado com que devem conservar tudo o que o dito senhor tem estabelecido no seu felicíssimo reinado; porque enquanto se governarem pelos mesmos princípios e pelas mesmas máximas, é certo que terão sempre os mesmos felicíssimos sucessos (MELO, s/d, p. 252).

Ainda que se possa fazer legítimas ressalvas às afirmações que Pombal apresenta no referido texto, fica patente sua preocupação com a recuperação da “estimação nacional”, ou seja, anunciar que Portugal vivia, outra vez, “o século feliz dos senhores reis D. Manuel e D. João III”, superando ou igualando-se às demais “nações européias” que haviam, desde o século XVI, conquistado posição proeminente. Também é importante assinalar que ele mostrou ter consciência que, com as “providências” adotadas, procurou-se “modificar” a situação em que Portugal se encontrava e que essa ação partiu de um governo orientado por “princípios” e “máximas”.

De fato, conforme já apontado, durante o reinado D. José, afirmou-se uma nova forma de governo, estribada nas secretarias de estado, criadas em 1736. Esta nova configuração da estrutura de poder, trouxe uma aparente mudança na “arte de governar” (cf. SENELLART), que passou a estar apoiada em uma especialização das diversas áreas administrativas, em especial dos negócios fiscais e fazendários. Como já nos referimos em outros textos (SANTOS, 2009, 2011a e 2011b), esta especialização administrativa estava relacionada à emergência de um conhecimento estatístico e descritivo da realidade social e política submetida à autoridade de um soberano; para tanto, foram utilizados dois modelos: de um lado, a aritmética política inglesa e, de outro, o cameralismo e a *statistik* alemã (ver SANTOS, 2009). Nesse aspecto, a posição de Nuno Monteiro, para quem ficou evidenciado que no reinado de D. José “o bom governo já não se rege apenas pelo objectivo de «fazer justiça»”, mas de “mudar as coisas, em conformidade com o que se fazia nas

«cortes da Europa»», é corroborada por Paolo Napoli, ao afirmar que, com a aritmética política,

a figura tradicional do rei 'justiceiro' sofre a concorrência cada vez mais invasora do rei 'administrador'; o simbolismo descontínuo da primeira função não é mais suficiente para garantir a síntese entre governantes e governados, pois a realidade exige agenciamentos políticos mais constantes e profundos (NAPOLI, p. 274).

Então, se como afirmou Francisco Falcon, as “novas técnicas de governo” do século XVIII “assinalam o triunfo da *aritmética política*” (FALCON, p. 134), quais foram os “princípios” e “máximas” que orientaram a prática política pombalina e que produziram tantas e tão benfazejas “providências”?

Não foram poucos os livros que Carvalho e Melo levou da Inglaterra para Portugal, como já mencionamos. Contudo, mais do que livros, chama a atenção o Códice 168 da Coleção Pombalina, que traz uma versão manuscrita, em tradução para o francês, do livro *Political Arithmetic*, de William Petty, impresso em 1699. Este mesmo códice traz um outro manuscrito, também de grande interesse para a nossa argumentação; trata-se de uma versão para o português do trabalho de Charles Davenant, intitulado *An essay upon probable means of making the people gainers in the balance of trade*, publicado em 1699.

Este último texto, além de estar traduzido para o português, o que demonstra o interesse de Carvalho e Melo (que tinha grandes dificuldades com a língua inglesa), é um tratado que, defendendo o comércio como fonte de riqueza para as nações e para os sujeitos nele inserido, também aborda a importância das atividades dos homens encarregados do governo das nações, asseverando que “huma terra não pode crescer em riqueza, e poder, senão fazendo os homens particulares seos deveres ao Publico, e mediante hum integro curso de honestidade e sabedoria naquelles em cujos se repoz a administração dos negócios”.

A obra de Petty, por seu turno, foi utilizada por Carvalho e Melo para redigir os dois pequenos textos a que já fizemos referência, e que estão inseridos no Códice 686 da Coleção Pombalina: “Apontados sobre as matérias que devem constituir as regras do mecanismo político” e “Mecanismo político no qual se oferece à mocidade portuguesa uma suficiente instrução sobre os interesses do Estado (no que pertence ao comércio e a agricultura), cujos princípios se reduzem a termos práticos e mecânicos” (MELO, ms. s/d). Além da expressa referência à **Aritmética**

Política, Carvalho e Melo considerava possível que, seguindo as orientações de Petty, “um pequeno país, com um abreviado número de povo se pode fazer igual em riquezas e em forças a qualquer muito mais vasto na extensão dos domínios e no número dos habitantes, concorrendo a isso a situação, o comércio e a política”.

Assim, após expor os modos “de tirar vantagens da situação do país pequeno” e os meios “de tirar o pequeno país vantagens do comércio com o de Petti” (a Inglaterra), Carvalho e Melo dedicou sua atenção aos “meios de se aumentar o pequeno Estado pela sua política, ou governo”. Apoiado em Petty, define que a “primeira regra” seria “fazer instruir o povo nas artes de conta, peso e medidas”, do que nos daria conta, especificamente, a criação da Aula de Comércio; a segunda regra, também referida a Petty, como todas as demais, propunha “conservar o povo nos costumes de vestir, e comer com parcimônia”; seguindo com as regras do seu “mecanismo político”, Pombal indicava a necessidade de serem estabelecidas “Casas de penitência para punir os culpados com o trabalho, em lugar de castigo”, a instituição de “registros de vendas e compras para assegurar a propriedade dos bens”, “a moderação nos impostos sobre mercadorias”, a criação de “um banco público”, “o estabelecimento de leis mercantis fáceis e perceptíveis”, “abater o preço dos interesses do direito de empréstimo o mais que for possível”, realizar a “naturalização dos estrangeiros” para “os atrair para aumentarem o povo”, ressalvando, contudo, que apesar de Petty expor “excelentes razões porque o comércio sempre está nos que professam diferente religião”, não era “praticável” em Portugal a “liberdade de consciência” (MELO, ms. s/d).

A partir de tais regras, são apontados os “elementos políticos” que, na ótica pombalina, atenderiam aos “inteiros interesses do Estado”. Novamente, é à obra de William Petty que Carvalho e Melo recorre, desde o “Primeiro elemento”, que “consiste no exame do número dos habitantes do País de que se quer tratar”, até o levantamento dos juros cobrados, da situação das finanças públicas, do dinheiro necessário ao sustento da população, do valor das terras e, principalmente, da situação do comércio, entendendo que ele “é mais útil e pingue do que a Lavoura e do que a milícia, e um mercador, por consequência, mais útil ao Estado do que um lavrador, e um marinheiro do que um soldado” (Idem).

Este 'programa de governo' – para utilizarmos uma expressão extemporânea – foi reconhecido, tempos depois, pelo autor do texto **A administração de Sebastião Joze de Carvalho e Mello**, que circulou em Portugal, em meados do século XIX, em tradução de Luís Inocêncio de Pontes Ataíde e Azevedo.

A administração do homem de estado consiste, na direção geral que mantém a ordem da sociedade política. É necessário que esta direção esteja em conformidade com a natureza e com as máximas do governo que se procura fundar, ou que se quer restabelecer: deve ser relativa ao físico do país, ao seu temperamento, qualidade do terreno, grandeza, produções, e riqueza: ao gênio, costumes, artes, comércio, e indústria de seus habitantes (AZEVEDO, 1841, p. v).

A documentação consultada permite perceber, portanto, a influência que esses autores da aritmética política – William Petty e Charles Davenant – tiveram sobre a prática política pombalina, e o primeiro deles, aquele que “forneceu as regras e o método” à aritmética política (DAVENANT, p.clix), está explicitamente referido no “mecanismo político” proposto por Sebastião José de Carvalho e Melo, o responsável pela condução do governo o reinado de D. José I, o 'Reformador' (ver SANTOS, 2011b).

Notas

* Este texto decorre de pesquisas conduzidas a partir de Plano de Trabalho inscrito no Projeto Integrado de Pesquisa **Ilustração e cultura escrita (Portugal e Brasil, 1750-1840)**, contemplado com recursos do Edital de Ciências Humanas 2012 (Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 18/2012).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Luís Inocêncio de Pontes Ataíde e. **A administração de Sebastião Joze de Carvalho e Mello**, conde de Oeiras, Marquez de Pombal, secretario de Estado, e Primeiro Ministro de sua Magestade Fidelíssima o Senhor D. Joze I rei de Portugal. Lisboa: Typ. Lusitana, 1841 [tomo I]. [Informa-se que o texto original em francês foi redigido pelo Cavalheiro Desoteux (Pierre Marie Félicité Desoteux de Cormatin), enviado da França em Portugal, e publicado em Amsterdam, em 1788].

BRANCO, Camilo Castelo. **O perfil do marquês de Pombal**. Lisboa: Folha e Letras, 2003.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; FELISMINO, David. A diplomacia portuguesa no Antigo Regime : perfil sociológico e trajectórias. In: MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, P.; CUNHA, Mafalda S. da (Orgs.). **Optima Pars** : elites idero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.

CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso (Visconde de). **O Brasil na administração pombalina**. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

DAVENANT, Charles. De l'usage de l'Arithmétique politique dans le commerce et les finances (1698). In: **Le négociant anglois**. Dresde: [s.n.], 1753. v. 1.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Pombalismo e projecto político**. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. **Cultura – História e Filosofia**, Universidade Nova de Lisboa, v. 1, 1982, p. 45-114.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina** : política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. Apontados sobre as matérias que devem constituir as regras do mecanismo político [e] Mecanismo político no qual se oferece à mocidade portuguesa uma suficiente instrução sobre os interesses do Estado (no que pertence ao comércio e a agricultura), cujos princípios se reduzem a termos práticos e mecânicos. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Coleção Pombalina. **Códice 686**. Manuscrito, sem data. [Texto autógrafo do marquês de Pombal]. (fl. 187-190v. e 191-199 – paginado posteriormente).

MELO, Sebastião José de Carvalho e. Observações secretíssimas do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, na ocasião da inauguração da Estátua Equestre no dia 6 de junho de 1775, e entregues por ele mesmo oito dias depois ao senhor rei D. José I. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. **Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos**. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d. p. 245-252.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **D. José na sombra de Pombal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

NAPOLI, Paolo. O discurso da polícia e da aritmética política (do século XVI ao século XVIII). In: CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (Orgs.). **História argumentada da filosofia moral e política** : a felicidade e o útil. 1.reimpr. São Leopoldo: Unisinos, 2006, p. 270-282.

PETTY [e] QUESNAY. **Obras econômicas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos (orgs.). **Temas setecentistas** : governos e populações no Império português. Curitiba: UFPR; Fundação Araucária, 2009, pp. 143-152.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Pombal e a política econômica portuguesa na segunda metade do setecentos. **Anais** do V Congresso Internacional de História. Maringá : Editora da UEM, 2011a, v. 1, p. 2797-2805.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Luzes em Portugal : do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 75-95, jan.-jun. 2011b. p. 86-88.

SENELLART, Michel. **As artes de governar** : do *regimen* medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O marquês de Pombal** : o homem, o diplomata e o estadista. Lisboa: s/e, 1987.



10.4025/6cih.pphuem.132

SKINNER, Quentin. **Visões da política** : sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.